

ORFEU

NEGRO

JEAN DUBUFFET (1901-1985), *enfant terrible* das belas-artes francesas, foi o precursor e primeiro teórico da *Art Brut* (Arte Bruta). Rejeitou a academia, todas as ideias feitas e valores aceites, e só aos 41 anos se dedicou em exclusivo ao trabalho artístico. As quatro décadas seguintes foram tremendamente prolíficas: escreveu poesia e textos teóricos, tocou *jazz*, experimentou variadíssimos materiais e técnicas que aplicou na sua pintura, desenho, gravura e escultura. Crítico vigoroso da cultura dominante, defendeu o instinto, a paixão, o humor, a violência e a loucura, convocou uma arte no seu estado bruto, primitivo, espontâneo e individual. Escreveu vários ensaios onde denunciou as convenções artísticas e sociais, o institucionalismo, a artificialidade e o mercantilismo cultural, ideias que enfatiza em *Asfixiante Cultura*.

Asfixiante Cultura

Jean
Dubuffet

Obra publicada originalmente por Jean-Jacques Pauvert (Paris, 1968) e, na sua primeira versão, traduzida por Serafim Ferreira para as Publicações Dom Quixote (Lisboa, 1971).

TÍTULO ORIGINAL

Asphyxiante culture

AUTOR

Jean Dubuffet

TRADUÇÃO

Serafim Ferreira

TRADUÇÃO DE MATERIAL INÉDITO (PP. 90-95)

Nuno Quintas | oficinacaixaalta.pt

REVISÃO

Guilherme Pires | oficinacaixaalta.pt

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Rui Silva

PAGINAÇÃO

Rita Lynce

IMPRESSÃO

Printer Portuguesa

COPYRIGHT

© 2022 Orfeu Negro

© 1986 Les Éditions de Minuit

1.ª EDIÇÃO

Lisboa, Agosto 2022

DL 502657/22

ISBN 978-989-9071-45-2

ORFEU NEGRO

Rua Silva Carvalho, n.º 152 – 2.º

1250-257 Lisboa | Portugal

www.orfeunegro.org

O doutrinamento existe hoje em tal grau que é raro encontrar-se uma pessoa que confesse ter consideração por uma tragédia de Racine ou por um quadro de Rafael. Tanto entre os intelectuais como entre os outros. E é mesmo notável que seja sobretudo entre os outros – aqueles que nunca leram um verso de Racine nem viram um quadro de Rafael – que se encontrem os mais militantes defensores desses valores míticos. Os intelectuais estariam em certos casos dispostos a contestá-los, mas não se atrevem, claro, porque receiam que a sua autoridade se desfaça uma vez quebrado o prestígio dos mitos. Tornam-se impostores e, para dissimularem isso, enganam-se a si próprios e tentam convencer-se de que atribuem grande importância a tais obras consideradas clássicas – de que, aliás, fazem pouco uso. Esforçam-se e conseguem, mais ou menos, sentir alguma emoção por essas obras, ou convencer-se de que a sentem.

Em matéria de mobiliário, o recurso às formas antigas serve de bom gosto. Os burgueses provincianos orgulham-se dos seus cadeirões Luís XIV, Luís XV, Luís XVI. Empenham-se em distinguir uns dos outros, soltam gritos estridentes quando a seda do espaldar não é de época; estão convencidos de que se revelam assim como verdadeiros artistas. Sabem reconhecer as janelas de travessas, o ogival antigo e o princípio da Renascença. Estão persuadidos de que essa bela sabedoria legítima a preservação da sua casta. Esforçam-se por convencer disso os campónios, obrigá-los a sentir a necessidade de salvaguardar a arte, ou seja, os cadeirões e, por tabela, os burgueses que sabem qual a espécie de seda que convém para forrar o espaldar.

O primeiro Ministério da Informação foi criado em Inglaterra durante a guerra, num momento em que

se julgou vantajoso falsificar a informação. Deixou de haver informação depois de todos os governos terem seguido esse exemplo. O primeiro Ministério da Cultura foi instituído em França há alguns anos, e terá, ou teve já, o mesmo efeito, que é aliás o que se deseja, de substituir a livre cultura por um sucedâneo falsificado, o qual agirá à maneira dos antibióticos, ocupando a totalidade do espaço sem deixar qualquer zona livre onde possa prosperar alguma coisa de diferente.

A palavra «cultura» é utilizada em dois sentidos diferentes, tratando-se quer do conhecimento das obras do passado (de resto, nunca esqueçamos que esta noção das obras do passado é completamente ilusória; o que se conserva representa apenas uma muito pequena parte de uma selecção rigorosa baseada em modas que prevaleceram no espírito dos letrados) quer, muito mais genericamente, da actividade do pensamento e da criação artística. Este equívoco da palavra é aproveitado para persuadir o público de que o conhecimento das obras do passado (pelo menos daquelas que são impostas pelos letrados) e a actividade criadora do pensamento são uma e a mesma coisa.

Os intelectuais recrutam-se nas fileiras da classe dominante ou entre aqueles que aspiram a integrar-se nela. O intelectual, o artista, adquire sobretudo um título que o deixa em pé de igualdade com os membros da casta dominante. Molière janta com o rei. O artista é convidado para as festas das duquesas, como o padre. Chego a perguntar-me em que desastrosa proporção não baixaria entretanto o número de artistas se porventura essa prerrogativa fosse suprimida. Basta atentar no cuidado que os artistas manifestam (com as suas maneiras de vestir e os seus

comportamentos particularizadores) para serem reconhecidos nessa qualidade e se distinguirem claramente das pessoas vulgares.

Tal como a camada burguesa procura convencer-se e convencer os outros de que a sua pretensa cultura (as aparências com que rodeia esse nome) legitima a sua preservação, o mundo ocidental legitima também os seus desejos imperialistas pela urgência que revela em dar a conhecer aos negros a obra de Shakespeare e de Molière.

A cultura revela tendência para assumir o lugar até há muito pouco tempo ocupado pela religião. Tal como esta, possui agora os seus padres, os seus profetas, os seus santos, os seus colégios de dignitários. O conquistador que pretende a consagração apresenta-se ao povo não com as roupagens do bispo, mas com as do Prémio Nobel. Para que o absolvam, o senhor prevaricador não sente já necessidade de criar uma abadia, mas um museu. Portanto, é agora em nome da cultura que eles mobilizam, que apregoam as suas cruzadas. A cultura desempenha hoje a função de «ópio do povo».

E é por causa disso, sem dúvida, que o mito da cultura se encontra tão acreditado que sobrevém às próprias revoluções. Os Estados revolucionários, dos quais se esperava que denunciasses esse mito, tão intimamente ligado à camada burguesa e ao imperialismo ocidental, conservam-no, pelo contrário, e até o utilizam em seu proveito. Sem razão, parece, porque tal opção não deixará de fazer renascer, mais cedo ou mais tarde, a camada burguesa ocidental que ele forjou. Não se poderá desembaraçar da camada burguesa ocidental senão desmascarando e desmistificando a sua falsa cultura. Ela possui em toda a parte as suas armas e o seu cavalo de Tróia.

É na forma da Igreja de outrora, tão bem hierarquizada, que se pensa dar à cultura o dirigismo de Estado: em pirâmide, bem estruturada, em *vertical*. Mas, pelo contrário, é em forma de proliferação *horizontal*, de desenvolvimento para sempre diversificado, que o pensamento criador ganha força e saúde. Não existe pior obstáculo para essa proliferação do que o prestígio de alguns «patetas» integrados na fileira dos grandes dignitários, acerca dos quais se fustigam os ouvidos do público para o convencer do seu mérito. Não existe tarefa mais esterilizante do que essa, mais adequada para desviar o homem comum de pensar por si mesmo e fazê-lo perder toda a confiança nas suas capacidades. E leva-o a sentir também um certo nojo pela arte, ficando-se apenas com a ideia de que não passa de uma impostura ao serviço do dirigismo de Estado, ou seja, da Polícia.

Sou individualista, isto é, considero o meu papel de indivíduo como o de me impor a qualquer constrangimento provocado pelos interesses do bem social. Os interesses do indivíduo mostram-se contrários aos do bem social. Pretender servir os dois ao mesmo tempo só pode conduzir à hipocrisia e à confusão. Compete ao Estado vigiar em prol do bem social, a mim compete-me vigiar em prol do indivíduo. Mas ao Estado apenas conheço um rosto: o da Polícia. Todos os departamentos dos ministérios de Estado revelam, aos meus olhos, esse mesmo rosto, e não posso imaginar o Ministério da Cultura senão como uma espécie de polícia da cultura, com o seu director e os seus comissários. O que isso representa para mim é extremamente hostil e repugnante.

Creio que é salutar para uma colectividade que os indivíduos de que ela se forma se esforcem por garantir que o máximo individual prevalece sobre

o máximo social e que a oposição entre o bem individual e o bem social seja sentida e conservada. Porque se os indivíduos divergirem do conceito social, se procurarem entusiasmar-se pelo bem social tanto como pelo seu próprio bem, deixará de haver indivíduos, e por consequência, bem se pode dizer, deixará de haver a colectividade, a não ser exangue. O capricho, a independência, a rebelião, que se opõem à ordem social, revelam-se mais necessários à melhor saúde de qualquer grupo étnico. É pelo número dos seus transgressores que se avaliará o seu estado de saúde. Nada é mais esclerosante do que o espírito de *deferência*.

Conferir à produção de arte um carácter socialmente *meritório*, fazer dela uma função social venerada, falsifica gravemente o verdadeiro sentido, porque a produção de arte é uma função própria, exclusiva do indivíduo e, por consequência, antagonista de qualquer função social. Não pode deixar de ser uma função anti-social ou, pelo menos, associal.

É necessário observar que em 1900 o individualismo era bastante apregoado. Era esse o tempo das pueris excentricidades do conde de Montesquieu, das boas palavras ativas do *Boulevard*, que reflectiam o gosto da época através disso a que se chamava ser «original», «excêntrico»; esses termos visavam definir, em suma, o indócil, o independente, o libertário. Em todos os níveis sociais florescia essa atitude, que também reinava entre os intelectuais e os artistas, dando origem ao espírito de inovação de que tal época se soube aproveitar no plano da criação. Esse espírito individualista não deixou desde logo de perder a supremacia, dando lugar em todos os domínios a uma opinião baseada na supressão do livre capricho individual a favor do bem social.